

Reações adversas decorrentes do uso prolongado de anticoncepcionais orais

Adverse reactions from prolonged use of oral contraceptives

Reacciones adversas por el uso prolongado de anticonceptivos orales

Recebido: 22/06/2022 | Revisado: 04/07/2022 | Aceito: 08/07/2022 | Publicado: 17/07/2022

Talita da Silva Barbosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3887-2053>

Centro Universitário FUNVIC, Brazil

E-mail: talitadsilva9@gmail.com

Matheus Diniz Gonçalves Coêlho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7903-1429>

Centro Universitário FUNVIC, Brazil

E-mail: profmatheuscoelho@gmail.com

Samara Nonato de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5112-5570>

Centro Universitário FUNVIC, Brazil

E-mail: samaranonato9@gmail.com

Resumo

O uso de anticoncepcionais é uma prática para a qual há uma grande adesão, porém, tal procedimento pode trazer risco quando do uso crônico e não prescrito por profissional médico, e, mesmo com a prescrição adequada, a falta de acompanhamento do uso pode aumentar os riscos de ocorrência de reações adversas. O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, analítica, na qual se objetivou avaliar o padrão do uso de medicamentos anticoncepcionais orais (ACO) por mulheres e especificamente a ocorrência de reações adversas decorrentes do uso destes medicamentos, mediante compartilhamento de um questionário, em mídias sociais, com questões versando sobre a adesão a terapia anticoncepcional e a forma como se dá o uso de tais medicamentos por parte das mulheres que concordaram em participar da pesquisa. Observou-se que, de um total de 233 mulheres que concordaram em participar da pesquisa, 65,4% utilizavam anticoncepcional por um período compreendido entre 5 e 10 anos. Também foi possível observar que 63,2% delas apresentaram dor de cabeça como reação adversa predominante ($P < 0,05$, ANOVA), porém também observando-se a ocorrência de reações adversas graves, como trombose (4,2%) e que 87,9% destas adquiriu tais medicamentos sem que fosse solicitada a prescrição médica no ato da compra. Tais resultados permitem concluir que, na população estudada, há um elevado índice de uso crônico de anticoncepcionais, muitas das quais fazendo tal uso sem orientação médica e apresentando uma importante ocorrência de reações adversas, trazendo a tona a necessidade da atuação de profissionais de saúde no que concerne à promoção do acompanhamento e prescrição médica de contraceptivos, e evidenciando a problemática da venda/ dispensação sem apresentação de receita, o que pode funcionar como gatilho para maximizar a ocorrência de reações adversas e de uso não racional e abusivo de tais medicamentos.

Palavras-chave: Uso de medicamentos; Eventos adversos; Contraceptivos orais.

Abstract

The use of contraceptives is a practice for which there is a large adherence, however, such procedure can bring risk when the chronic use and not prescribed by a medical professional, and, even with the appropriate prescription, the lack of monitoring of the use can increase the risks of occurrence of adverse reactions. The present study is an exploratory, analytical research, which aimed to evaluate the pattern of use of oral contraceptive medications (OC) by women and specifically the occurrence of adverse reactions arising from the use of these medications, by sharing a questionnaire in social media, with questions about adherence to contraceptive therapy and how the use of such medications by women who agreed to participate in the research. It was observed that, of a total of 233 women who agreed to participate in the research, 65.4% had been using contraceptives for a period between 5 and 10 years. It was also possible to observe that 63.2% of them had headache as the predominant adverse reaction ($P < 0.05$, ANOVA), but the occurrence of serious adverse reactions such as thrombosis (4.2%) was also observed, and that 87.9% of these acquired such drugs without asking for a medical prescription at the time of purchase. These results allow us to conclude that, in the population studied, there is a high rate of chronic use of contraceptives, many of which are being used without medical advice and presenting a significant occurrence of adverse reactions, bringing to light the need for health professionals to promote the monitoring and medical prescription of contraceptives, and highlighting the problem of sale/dispensing without prescription, which can act as a trigger to maximize the occurrence of adverse reactions and non-rational and abusive use of such medications.

Keywords: Use of medicines; Adverse events; Oral contraceptives.

Resumen

El uso de anticonceptivos es una práctica para la cual hay una gran adherencia, sin embargo, tal procedimiento puede traer riesgo cuando el uso crónico y no prescrito por un profesional médico, y, aún con la prescripción adecuada, la falta de monitoreo del uso puede aumentar los riesgos de ocurrencia de reacciones adversas. El presente estudio trata de una investigación exploratoria, analítica, en la que se pretende evaluar el patrón de uso de los medicamentos anticonceptivos orales (ACO) por parte de las mujeres y específicamente la ocurrencia de reacciones adversas al uso de estos medicamentos, mediante el planteamiento de un cuestionario, en medios sociales, con preguntas versando sobre la adhesión a la terapia anticoncepcional y la forma en que se hace el uso de estos medicamentos por parte de las mujeres que coincidieron en participar de la investigación. Se observó que, de un total de 233 mujeres que aceptaron participar en la investigación, el 65,4% utilizó anticonceptivos durante un periodo de entre 5 y 10 años. También se pudo observar que el 63,2% de ellos presentaron cefalea como reacción adversa predominante ($P < 0,05$, ANOVA), pero también se observó la aparición de reacciones adversas graves como la trombosis (4,2%) y que el 87,9% de estos adquirieron dichos medicamentos sin solicitar prescripción médica en el momento de la compra. Dichos resultados permiten concluir que, en la población estudiada, existe un alto índice de uso crónico de anticonceptivos, muchos de los cuales hacen dicho uso sin consejo médico y presentan una importante ocurrencia de reacciones adversas, sacando a la luz la necesidad de actuación por parte de los profesionales de la salud en cuanto a la promoción del control y la prescripción médica de anticonceptivos, y resaltando el problema de la venta/dispensación sin receta, que puede actuar como desencadenante para maximizar la ocurrencia de reacciones adversas y el uso no racional y abusivo de dichos medicamentos.

Palabras clave: Utilización de medicamentos; Eventos adversos; Anticonceptivos orales.

1. Introdução

A vida moderna das mulheres, que as coloca a frente do mercado de trabalho associado ao aumento do custo de vida, colaborou para a captação de novos pensamentos e atitudes com relação à sexualidade, contribuindo de forma direta para a redução do número de filhos. Com isso e principalmente uma precoce iniciação sexual, surge uma maior procura pelos métodos contraceptivos por parte das mulheres (Oliveira et al., 2019; Almeida et al., 2017).

As pílulas anticoncepcionais conhecidos como anticoncepcionais orais (ACO), foram criadas no século XX, em decorrência dos avanços da fisiologia e endocrinologia reprodutiva e dos estudos de Gregory Pincus. Sendo usada inicialmente no tratamento de problemas no ciclo menstrual e, após várias críticas quanto aos seus efeitos colaterais, começou a ser utilizada para fins contraceptivos em 1960 (Ferreira et al., 2019).

Os ACO, são hormônios sintéticos utilizados isoladamente ou combinado e tem como principal função inibir a concepção. Na maior parte dos casos, a escolha de um ACO se dá pela indicação, tanto de profissionais capacitados quanto por indicação pessoal, o que pode levar a um uso irracional de risco significativo (Cruz et al., 2021).

Os ACO estão entre os fármacos mais utilizados pelas mulheres, devido à eficácia desse medicamento (cerca de 99,7%, se tomado corretamente), pela praticidade, por não interferir na vida sexual e pela segurança (Almeida & Assis., 2017). Entretanto, o uso de ACO não protege contra doenças sexualmente transmissíveis e AIDS (Lima et al., 2019). Atualmente, essas pílulas apresentam em sua composição estrógeno e progesterona de forma combinada e estão disponíveis em grande variedade no mercado e no SUS - Sistema Único de Saúde (Ferreira et al., 2019).

Seu mecanismo de ação reside na inibição da ovulação pelo bloqueio do pico do hormônio luteinizante (LH); por modificações do endométrio, dificultando a nidação; por alterações no muco cervical, tornando-o hostil à ascensão dos espermatozoides; por modificações no peristaltismo tubário, interferindo no transporte ovular e causando alterações na resposta ovariana às gonadotropinas hipofisárias (Ferreira et al., 2019).

Como qualquer outro medicamento, eles podem causar inúmeros efeitos adversos (Couto et al., 2020), que combinado ao mal-uso do medicamento torna a paciente propícia ao abandono do tratamento contraceptivo (Siqueira et al., 2017). A taxa de descontinuação do uso no Brasil chega a 45% no primeiro ano de uso (Souza et al., 2018).

A utilização dos ACO quando há um ou mais fatores de risco presentes, potencializa a ocorrência de efeitos colaterais. As contraindicações mais recorrentes entre as usuárias de ACO são o tabagismo, a hipertensão, as doenças cardiovasculares, o diabetes mellitus ou idade acima de 35 anos (Souza et al., 2018).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo determinar quantitativa e qualitativamente as principais reações adversas decorrentes do uso de ACO, e, especificamente as reações adversas que serão detectadas com o tempo de uso destes medicamentos.

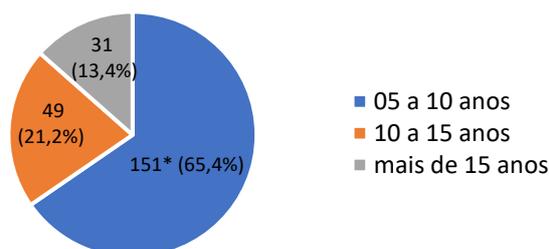
2. Metodologia

O presente estudo foi aprovado para execução pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos do UniFUNVIC (CAAE: 48110221.5.0000.8116). Trata-se de uma análise de campo relacionada aos efeitos colaterais do uso prolongado dos anticoncepcionais orais (ACO). Para a realização desta pesquisa foi aplicado um questionário on-line, composto de perguntas objetivas, elaborado no Google Forms. As mulheres que participaram da pesquisa após concordância com o Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido (TCLE), responderam a um questionário composto por 13 perguntas. A estratégia de divulgação, por meio de redes sociais, permitiu a inclusão de mulheres de diferentes estratos socioeconômicos. Serão incluídas na pesquisa mulheres com idade superior a 18 anos, que fazem uso a mais de 05 anos de ACO. Serão excluídas da pesquisa mulheres com idade inferior a 18 anos, que fazem uso a menos de 05 anos de ACO e aquelas que se recusarem a aceitar o TCLE. Os resultados foram avaliados estatisticamente, utilizando o teste qui-quadrado para verificar correlações com as diferentes variáveis avaliadas, e, para tanto, utilizando o software Bioestat 5.0 como ferramenta de apoio.

3. Resultados

No que concerne aos dados sócio-epidemiológicos, observou-se que, do total de 233 participantes, 04 não responderam a idade, e, entre os que responderam, observou-se uma média de 28,3 anos, com uma proporção significativa ($p < 0,0001$) de mulheres que faziam uso de anticoncepcional por um período compreendido entre 5 e 10 anos, conforme observa-se na Figura 1.

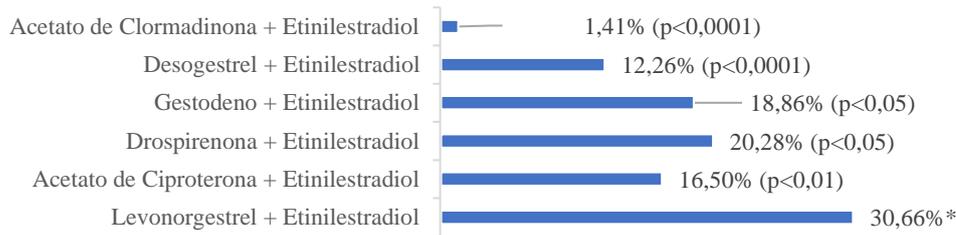
Figura 1. Distribuição das participantes da pesquisa no que concerne ao tempo de uso de ACO.



* diferença significativa ($p < 0,0001$) em relação as demais faixas. Fonte: Autores.

Das 231 participantes da pesquisa, 212 informaram a composição ou o nome comercial do ACO utilizado, havendo predominância de uso de pílulas combinadas, com prevalência maior de participantes que utilizaram a combinação de Levonogestrel e Etinilestradiol, com 30,66% de uso, sendo significativamente superior as demais combinações, conforme observa-se na Figura 2.

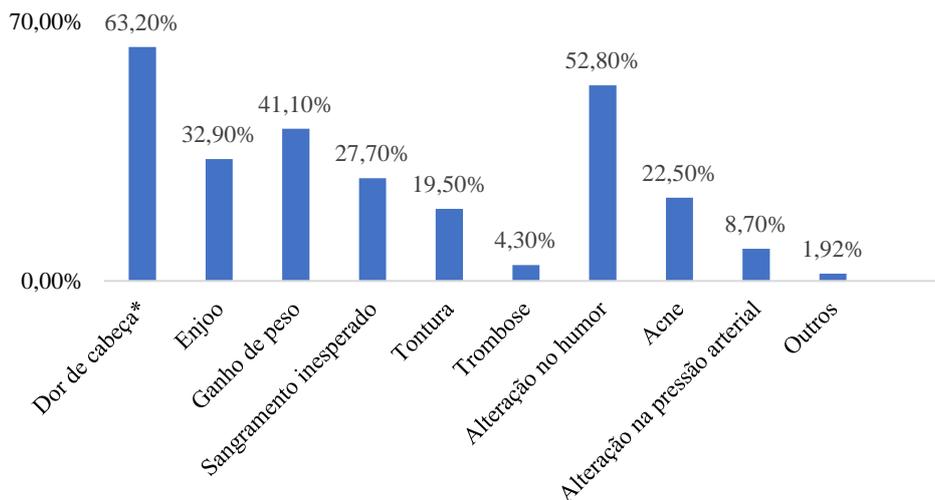
Figura 2. Proporção da composição dos ACO utilizados pelas participantes.



* diferença significativa (valor de p disponível nas diferentes combinações) em relação as demais composições. Fonte: Autores.

Entre as reações adversas relatadas o acometimento de dor de cabeça demonstrou-se significativamente superior ($p<0,05$) a queixa de alteração de humor e as demais reações adversas relatadas ($p<0,0001$). A queixa de alteração de humor também foi de elevada ocorrência sendo superior ($p<0,05$) ao ganho de peso e as demais reações adversas relatadas ($p<0,0001$), conforme observa-se na Figura 3.

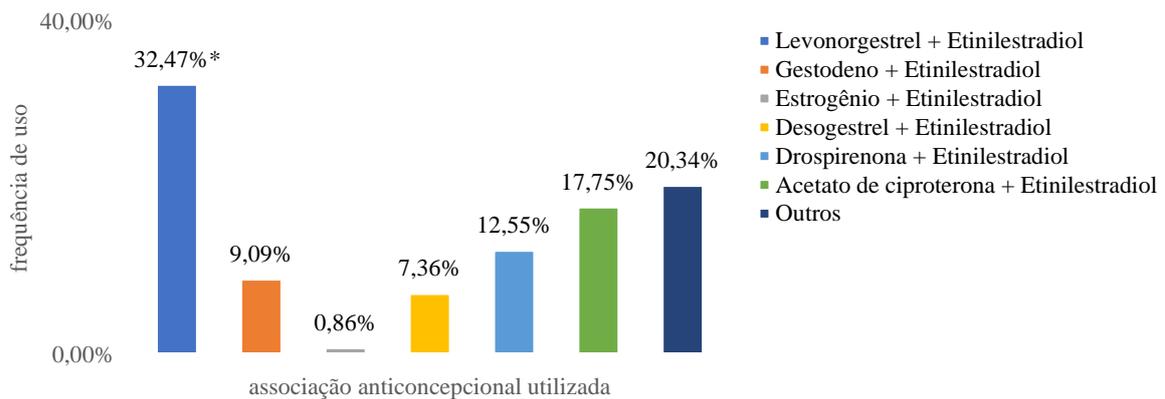
Figura 3. Proporções das reações adversas apresentadas pelas participantes ao utilizarem ACO.



* diferença significativa ($p<0,0001$) em relação as demais reações adversas identificadas. Fonte: Autores.

No que concerne a pílula utilizada na época da reação adversa, 231 informaram o nome da pílula que utilizada, havendo predominância de uso de pílulas combinadas, com prevalência da combinação de Levonogestrel e Etinilestradiol com 32,47%, sendo significativamente superior as demais combinações, conforme observa-se na Figura 4.

Figura 4. Proporção da composição das pílulas utilizadas na época das reações adversas.

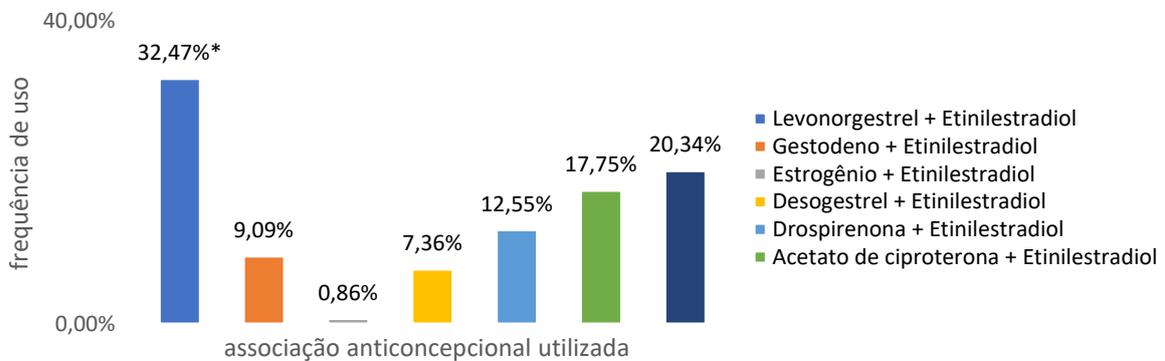


* diferença significativa (p) em relação as demais combinações das pílulas informadas. Fonte: Autores.

Quanto a possibilidade de haver trocado a pílula ACO, 152 (65,80%) participantes informaram já ter trocado de ACO e 79 (34,20%) informaram não ter trocado o ACO.

Quando questionadas em relação ao motivo que levou a troca do medicamento a maioria significativa ($p < 0,0001$) das participantes informou que foi devido à ocorrência de reações adversas, com 110 (47,62%) respostas assinaladas, conforme observa-se na Figura 5.

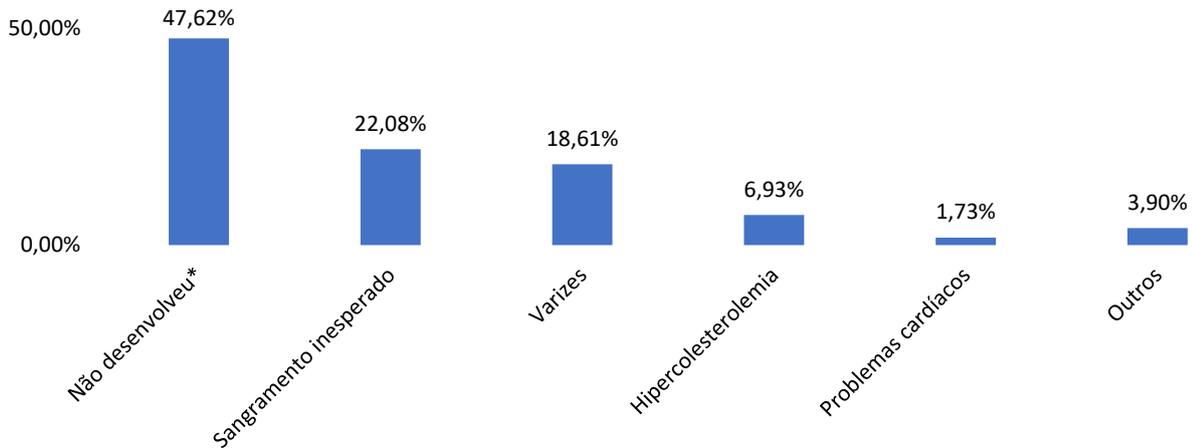
Figura 5. Motivos que levaram a mudança da pílula.



* diferença significativa ($p < 0,0001$) em relação aos demais motivos para a mudança do ACO. Fonte: Autores.

Quanto ao desenvolvimento de doenças pela utilização dos ACO, foram obtidas 233 respostas de participantes, das quais 110 (47,62) informaram não ter desenvolvido nenhuma doença, sendo significativamente superior aos demais respostas assinaladas, conforme observa-se na Figura 6.

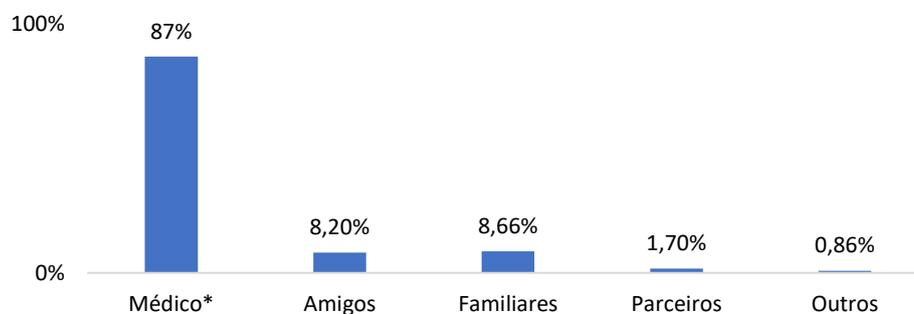
Figura 6. Ocorrência de enfermidades decorrentes do uso de ACO.



* diferença significativa ($p < 0,0001$) em relação as demais combinações das pílulas informadas. Fonte: Autores.

Ao serem questionadas sobre a adesão a hábitos de risco, 61 (26,41%) participantes afirmaram ser tabagistas e ou etilistas, e, 170 (73,59%) afirmaram não aderir a nenhuma das duas práticas. No que concerne ao principal fator que levou as participantes a iniciar o uso de ACO, 201 (87%) assinalaram relataram que se deu após consulta médica, seguido de indicação dos amigos ou familiares, dentre outros motivos, conforme observa-se na Figura 7.

Figura 7. Relação sobre a indicação para o uso do ACO.



* diferença significativa ($p < 0,0001$) em relação as demais opções de indicações. Fonte: Autores.

No tocante das participantes possuírem acompanhamento médico com o ginecologista para o uso do ACO, 176 (76,19%) participantes afirmaram possuir acompanhamento médico, e, 55 (23,81%) não possuem acompanhamento médico para o uso do ACO.

Ao serem questionadas sobre há quanto tempo a participante foi a sua última consulta com o ginecologista, 123 (53,25%) participantes assinalaram terem ido ao médico há menos de 06 meses, 55 (23,81%) há mais de 01 ano, e, 53 (22,94%) há mais de 02 anos.

Quanto a apresentação ou não de receita médica no ato da compra do ACO, observou-se que 203 (87,87%) participantes assinalaram não apresentar ou fazer uso de receita médico para a compra de ACO, e, 28 (12,12%) utilizam a receita médica para a compra de ACO.

4. Discussão

Os anticoncepcionais hormonais orais são as formas de contracepção mais utilizadas no mundo, por serem reversíveis e eficientes na prevenção de gravidezes indesejadas sendo seu uso um dos mais prevalentes entre os métodos contraceptivos no Brasil (Jurema et al., 2021; Bahamondes et al., 2011).

Após a aplicação do questionário obteve-se um total de 233 mulheres que concordaram em participar da pesquisa, a partir das quais foi possível observar que o uso dos ACO se deu início já há um certo tempo, pois 65,4% das participantes afirmaram que faziam uso do anticoncepcional a cerca de cinco a dez anos, 21,2% entre 10 a 15 anos e 13,4% a mais de 15 anos. Tais evidências concordam com as observações de Oliveira, Sato & Sato (2019), os quais detectaram uma ocorrência de consumo longo de ACO em 69% das mulheres que foram entrevistadas em sua pesquisa.

O alto consumo de ACO entre mulheres pode estar relacionado a diversos fatores, dentre os quais a perda de poder aquisitivo das famílias contemporâneas, que acaba por demandar a necessidade de que as mulheres passem a assumir uma posição mais ativa no mercado de trabalho, alterando o seu tradicional status de “esposa do lar” para um status de assalariada, por meio do qual passa a ter mais independência econômica, entretanto, passando a considerar a maternidade como um empecilho para a efetivação de tal transição.

Segundo Oliveira, et al., (2019), a maior adesão ao uso de ACO pode ser melhor explicada pela maior liberdade sexual e a livre escolha das mulheres em ter ou não filhos, e com isso podendo obter um planejamento para confirmar o momento ideal de uma provável gravidez, evidenciando-se uma nova etapa em sua vida, lhes configurando uma separação entre sexo e gravidez.

No presente trabalho também se evidenciou que 76,19% das participantes realizam acompanhamento de rotina com o ginecologista, refletindo uma importante atitude para a saúde da mulher, considerada de extrema relevância, visto que a qualidade da orientação oferecida às mulheres afeta de forma significativa a aceitabilidade, o uso racional e a continuidade da terapia com contraceptivos (Bahamondes et al., 2011).

De fato, desde o início da puberdade, as manifestações clínicas decorrentes da menstruação e as alterações fisiológicas também consequentes desse processo condicionam as mulheres a uma maior preocupação com sua saúde, que se traduz por uma maior frequência de busca por auxílio médico, principalmente a partir do momento que se pretende introduzir o uso de ACO. Outro fator que pode explicar não só a elevada demanda por consultas junto a ginecologistas, bem como a elevada adesão ao uso de ACO, que foram observados no presente trabalho, diz respeito ao fato de que as mulheres normalmente têm uma maior preocupação com seu estado de saúde. Segundo Maciel et al (2022) e Arrais et al (1997), as mulheres estão frequentemente buscando a promoção da saúde, não só sua como da sua família, o que implica numa maior adesão a prática do consumo de medicamentos.

Cabe destacar que uma grande parte das mulheres busca a consulta ginecológica apenas quando possuem alguma manifestação clínica e não de forma preventiva ou para promoção de sua saúde sexual e reprodutiva, não procedendo de forma preventiva com a alegação de problemas com o sistema público de saúde, tais como a lentidão no processo para que a mulher seja chamada para a consulta e a falta de especialistas da área em alguns locais (Cyrino., 2020).

Das participantes no presente trabalho, apenas 12,12% fazem uso da receita médica para a compra dos ACO, tratando-se de uma minoria. Tais resultados concordam com Sousa e Cipriano (2019), segundo os quais a obtenção do ACO no Brasil, apesar da necessidade de receita médica como evidenciado na própria embalagem do medicamento, é realizada sem apresentação de prescrição, sendo este um dos fatores contribuintes para a ocorrência do uso irracional deste medicamento, fato, que ao invés de melhorar a qualidade da informação e/ou medicamento oferecido à paciente, resulta no uso desenfreado e inadequado da medicação por classes desfavorecidas, e maximiza a ocorrência de reações adversas.

No que concerne a ocorrência de reações adversas decorrentes do uso de ACO, no presente trabalho observou-se uma elevada ocorrência de cefaleia (52,8%) e alterações de humor (41,1%) concordando com resultados apresentados por Couto et al., (2020).

Ainda neste sentido, cabe destacar a ocorrência de duas reações adversas importantes, as quais, apesar de terem apresentado uma incidência menor do que as mais comuns, são de maior gravidade, que foram o aumento da pressão arterial (PA) e a trombose, respectivamente com 8,7% e 4,2% de ocorrência.

Segundo Siqueira, Sato e Santiago (2018), tais manifestações não desejáveis são decorrentes dos compostos estrogênicos sendo estes os principais responsáveis pelas reações adversas de tais fármacos, tais como o tromboembolismo, sendo que, quanto maior a dose dos estrógenos nos ACO, maiores são esses efeitos.

No que diz respeito a trombose, o índice observado no presente trabalho, apesar de baixo, extrapola os valores comumente previstos nos momentos terapêuticos, agravando mais ainda os impactos do resultado aqui exposto. Segundo Jurema et al., (2021), os contraceptivos hormonais orais a longo prazo podem ocasionar Trombose Venosa Periférica (TVP) na mulher, mas esse risco não é comum a todas que fazem o uso desses fármacos, pois há uma associação do risco com as predisposições da paciente, fatores estes que são considerados critérios de contraindicação, como idade ≥ 35 anos, hipertensão, tabagismo, doenças hormonais, pré-disposição à trombose e a eventos vasculares. Ainda segundo tais autores, o aumento da PA é decorrente da ação do etinilestradiol (EE), que acentua a produção de angiotensinogênio hepático, elevando a PA através do Sistema Renina-Angiotensina Aldosterona (SRAA).

Os ACO que possuem como princípios ativos o levonorgestrel e o etinilestradiol segundo pôde-se observar no presente trabalho, são os mais utilizados entre as participantes, equivalendo a uma parcela de 32,47% destas. Tal escolha pode estar relacionada a diversos fatores dentre os quais o fato de que os ACO combinados teoricamente tendem a oferecer menor risco para a saúde e também pelo fato de que tais composições são oferecidas gratuitamente pelo governo, norteando dessa forma padrões de uso e de prescrição.

Conforme já mencionado nos resultados, das participantes que concordaram em responder o questionário, 47,62% já trocaram o ACO por diversos motivos, dentre os quais os efeitos colaterais que estas sofreram. Segundo Siqueira, et al., (2018), as reações adversas têm sido apontadas como a principal causa de descontinuação de uso do ACO. De acordo com tais autores, no Brasil 45% das usuárias de pílula descontinuam o uso no primeiro ano, sendo que em 12% destas, a opção pela descontinuidade é devida a reações adversas.

Ainda nos resultados obtidos no presente trabalho, observou-se que 26,41% das participantes afirmam fazer uso de tabaco e bebidas concomitantemente. Segundo Corrêa et al., (2017), o tabagismo é uma das principais práticas que contraindicam o uso de ACO. Souza et al., (2018), afirmam que o uso de ACO por mulheres tabagistas aumenta em 8,8 vezes as chances de as mesmas sofrerem tromboembolismos.

Também foi possível observar que cerca de 19,42% das participantes fazem uso de ACO sem indicação médica, tendo optado por tal prática com base em indicações por familiares, amigos, parceiros entre outros, se expondo a riscos sérios, pois não estão sendo orientadas por profissionais capacitados. Segundo Souza et al., (2018), as mulheres que optam pelo uso de ACO sem orientação médica estão se expondo a chances de adquirirem complicações futuras.

Questionado sobre o desenvolvimento de patologias ao utilizarem ACO, (1,73%) relataram ter desenvolvido problemas cardiovasculares, varizes, hipercolesterolemia e problemas cardiovasculares. O uso contraindicado de ACO é também fator de risco cardiovascular, especialmente em mulheres acima dos 30 anos, sendo este também um dado considerado preocupante, uma vez que a principal causa de morbimortalidade no Brasil são as doenças do aparelho cardiocirculatório (Corrêa et al., 2017).

5. Conclusão

Tendo como base os resultados obtidos pode-se concluir que, na população estudada, há um elevado índice de uso crônico de anticoncepcionais, muitas das quais fazendo tal uso sem orientação médica. Observou-se também uma elevada ocorrência de reações adversas, algumas das quais de elevada gravidade, como o tromboembolismo, explicitando a necessidade da atuação de profissionais de saúde no que diz respeito à promoção do acompanhamento e prescrição médica de contraceptivos,

e evidenciando a problemática da venda/ dispensação sem apresentação de receita, prática esta que pode funcionar como gatilho para maximizar a ocorrência de reações adversas e de uso não racional e abusivo de tais medicamentos.

Referências

- Almeida, A. P. F., & Assis, M. M. (2017). Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. *Revista Atualiza Saúde*, 5(5):85-93.
- Arrais, P. S. D., Coelho, H. L. L., Batista, M. C. D. S., Carvalho, M. L., Righi, E., & Arnal, J. M. (1997). Perfil da automedicação no Brasil. *Revista Saúde Pública*, 31(10):71-77.
- Bahamondes, L., Pinho, F., Melo, N. R., Oliveira, E., & Bahamondes, M. V. (2011). Fatores associados à descontinuação do uso de anticoncepcionais orais combinados. *Revista Brasileira Ginecológica Obstétrica*, 33(4):303-9.
- Corrêa, D. A. S., Felisbino Mendes, A. S., Mendes, M. S., Malta, D. C., & Velasquez Melendez, G. (2017). Fatores associados ao uso contraindicado de contraceptivos orais no Brasil. *Revista de Saúde Pública*. 51(1):1-10.
- Couto, P. L. S., Vilela, A. B. A., Gomes, A. M. T., Ferreira, L. C., Neves, M. L. P., Pereira, S. S. C., Suto, C. S. S., & Souza, C. L. (2020). Evidências dos efeitos adversos no uso de anticoncepcionais hormonais orais em mulheres. *Revista Enfermagem em Foco*, 11(4):79-86.
- Cruz, S. L. A., Bottega, D. S., & Paiva, M. J. M. (2021). Anticoncepcional oral: efeitos colaterais e a sua relação com a trombose venosa. *Research, Society and Development*, 10(14):e283101421798.
- Cyrino, L. S., Marques, I. C., Araújo, L. M. B., Gil, F. R., & Nunes, M. R. (2020). Fatores que influenciam o acompanhamento ginecológico: percepções das acadêmicas dos cursos da área da saúde. *Revista Médica de Minas Gerais*, 30:e-30112.
- Ferreira, L. F., D'Avila, A. M., & Safatle, G. C. (2019). O uso da pílula anticoncepcional e as alterações das principais vias metabólicas. *Revista FEMINA*, 47(7):426-32.
- Jurema, K. C., & Jurema, H. C. (2021). Efeitos Colaterais a longo prazo associados ao uso de Anticoncepcionais Hormonais Orais. *Revista Cereus*, 13(2):124-135.
- Lima, L. N., Cota, L. H. T., Costa, M. B., Ferreira, M. C. L., Orsi, P. M. E., Espíndola, R. P., Esteves, A. M. S. D., & Veloso, R. B. (2019). Conhecimento dos estudantes da área da saúde acerca dos riscos dos anticoncepcionais hormonais. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 36:e1335.
- Maciel, A. C. S., Gomes de Paula, T. M., Maciel, L. T. R., & Coêlho, M. D. G. (2022). Self-Medication in Covid-19: Retrospective Epidemiological Study. *Epidemiology International Journal*, 6(1):000230.
- Oliveira, K. A. R., Sato, M. O., & Sato, R. M. S. (2019). Uso e conhecimento a respeito de anticoncepcionais por acadêmicas de farmácia. *Revista UNIANDRADE*, 20(3):115-120.
- Siqueira, T. C., Sato, M. D. O., & Santiago, R. M. (2017). Reações adversas em usuárias de anticoncepcionais orais. *Revista Eletrônica de Farmácia*. 14(4):56-65.
- Sousa, L. G., & Cipriano, V. T. F. (2019). Contraceptivo oral de emergência: indicações, uso e reações adversas. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 22: e665.
- Souza, R. C., Borges, G. F., & Mourão, D. M. (2018). Contracepção oral e fatores de risco em mulheres brasileiras: revisão integrativa. *REVA Revista Científica da Saúde*, 3(1):92-105.